



## *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Proposição:** Projeto de Decreto Legislativo nº 067/2025.

**Ementa:** Concede o “Prêmio de Honra ao Mérito Desportivo” ao senhor Ricardo da Silva Fanzeres.

**Autoria:** Poder Legislativo – Vereadora Etienne Coutinho Musso.

**Relator:** Vereador José Gomes dos Santos.

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que concede o “Prêmio de Honra ao Mérito Desportivo” ao senhor Ricardo da Silva Fanzeres.

Passo a opinar.

#### II – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do artigo 30, inciso I do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 32 do mesmo diploma legal, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Decreto Legislativo em comento.

#### III – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Isso porque, a elaboração de projeto de decreto legislativo é matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330034003400399932003A00540952004109. Documento assinado digitalmente.

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br) - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)



## *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**

*Art. 35. Os decretos legislativos e as resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.*

*§ 1º O decreto-legislativo destina-se a regular matérias que excedam os limites da economia interna da Câmara Municipal, tais como:*

*[...]*

*VI - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

No mesmo sentido reza a Resolução nº 492, de 31 de dezembro de 1990, em seu artigo 101:

*Art. 101. Os Decretos Legislativos e as Resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.*

### **IV – DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de decreto legislativo deve ser observada votação secreta, conforme esculpido no artigo 173, inciso III, devendo ser observado ainda o artigo 126, ambos do Regimento Interno desta Casa Augusta de Leis.

### **V – DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da Lei Complementar nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de decreto legislativo, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

### **VI – CONCLUSÃO (VOTO DO RELATOR)**

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 067/2025, de autoria da Vereadora Etienne Coutinho Musso, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Aracruz/ES, 15 de agosto de 2025.

\_\_\_\_\_  
José Gomes dos Santos

LULA

Vereador - PSB



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330034003400399932003A00540052004109. Documento assinado digitalmente

por Professor Lobo, 550 Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)



# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330034003400390032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 15/08/2025 11:13

Checksum: **3E15A5F639BCC9981E122BA575BA1507A80AAE681ED72D9A12CE789E19FAD266**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 15/08/2025 14:45

Checksum: **F96356DF46F5BB38B7E14424DD5C40ABDAC1C14380CC6A678684C5B252DACB94**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 15/08/2025 17:20

Checksum: **E531CAB9F8D95F8944F5D6CDA9854EE65DF0E96E1741A23C94FBB528B3F77501**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330034003400390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.